

RESOLUÇÃO CEPE Nº 022/2026

Aprova o Projeto de Reformulação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, no formato de Educação a Distância da Universidade Estadual de Londrina.

CONSIDERANDO o Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025, que dispõe sobre a oferta de educação a distância por instituições de educação superior em cursos de graduação e altera o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CP 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;

CONSIDERANDO o disposto no Regimento Geral da UEL;

CONSIDERANDO que cada Curso de Graduação tem um currículo organizado de acordo com a legislação em vigor, devendo ser cumprido integralmente pelo estudante, a fim de que possa qualificar-se para a obtenção de um grau acadêmico;

CONSIDERANDO os pronunciamentos contidos no e-Protocolo nº 23.877.837-9, de 23/04/2025;

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO aprovou e eu, Reitora, sanciono a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto de Reformulação do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, no formato de Educação a Distância, da Universidade Estadual de Londrina, conforme anexos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, 30 de abril de 2026.



Profª. Drª. Marta Regina Gimenez Favaro
Reitora

PROJETO DE REFORMULAÇÃO DO CURSO DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA

1. APRESENTAÇÃO

O Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública insere-se no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, com foco no desenvolvimento de competências voltadas à administração pública em suas dimensões política, social, ética e gerencial.

A proposta formativa busca atender às demandas contemporâneas por gestores capazes de atuar de forma crítica, inovadora e comprometida com a transparência e a eficiência nas políticas públicas.

O curso é ofertado no formato de Educação a Distância, em conformidade com o Decreto nº 12.456/2025, em regime colaborativo entre as Universidades Estaduais do Paraná, em parceria com a UVPR, com apoio da CAPES e das Prefeituras Municipais.

Em consonância com o art. 12 do referido Decreto, o curso oferece (i) 10% (dez por cento) da carga horária total do curso por meio de atividades presenciais; e (ii) 10% (dez por cento) da carga horária total do curso em atividades presenciais ou síncronas mediadas, permeadas por tecnologias digitais, em uma, de modo a promover a interação entre estudantes e profissionais da educação, valorizando o Polo EaD como espaço de identidade institucional e mediação pedagógica.

A concepção pedagógica do curso orienta-se pelos princípios das pedagogias plurais e colaborativas, nas quais a construção do conhecimento se dá pela problematização da realidade e pelo diálogo entre saberes acadêmicos, profissionais e sociais, numa perspectiva inclusiva e participativa, fundamentada na aprendizagem significativa. Assim, a formação do tecnólogo em gestão pública é compreendida como um percurso dinâmico e reflexivo, no qual teoria e prática se articulam continuamente para responder aos desafios da governança pública contemporânea.

Na Universidade Estadual de Londrina, o curso em pauta em pauta está lotado no Centro de Estudos Sociais Aplicados (CESA), no Departamento de Administração; e serão 150 vagas oferecidas por meio do Núcleo de Educação a Distância (NEAD), nos seguintes Polos de Apoio:

- Apucarana
- Arapongas
- Jaguapitã
- Londrina
- São João do Ivaí



Esta reformulação, trata-se de alteração de matriz curricular para nova turma/oferta do curso, o qual deverá tramitar nas unidades administrativas da Universidade.

Destaca-se que o referido curso emerge da demanda de capacitação tanto de agentes públicos que não possuem qualificação em gestão, quanto de membros da comunidade que queiram se capacitar para ingressar nas carreiras públicas vinculadas à gestão.

O curso ofertado será no formato a distância, sendo que ele terá financiamento externo através da CAPES/UAB, não havendo necessidade de previsão de recursos financeiros para a implantação por parte da UEL.

Pontua-se, ainda, que para o suporte tecnológico será utilizada a infraestrutura do LABTED/NEAD, não havendo necessidade de aporte de recursos financeiros por parte da Universidade para a sua execução. Com relação ao pessoal, havendo necessidade, será contratado através do financiamento da CAPES/UAB como celetista, para o pessoal que trabalhará no apoio pedagógico do curso (gravação e edição de aulas), sendo que o pagamento de professores, mediadores pedagógicos e de tutores será por meio de bolsas.

Finaliza-se informando que para o desenvolvimento das atividades presenciais, a infraestrutura necessária será de responsabilidade de cada polo de apoio.

1.1 Dados de Identificação do curso

- a) Nome do curso
Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública
- b) Centro de Estudo
CESA – Centro de Estudos Sociais Aplicados
- c) Departamento(s) proponente(s) do Curso
Administração
- d) Titulação
Tecnólogo em Gestão Pública
- f) Grau conferido após colação de grau
Tecnólogo
- g) Turno de oferta
Integral (a Distância)
- h) Número de vagas
150
- i) Tempo mínimo e tempo máximo para integralização
2 anos (mínimo)
3 anos (máximo)

Duração do curso: 4 módulos – com duração mínima de 2 anos e duração máxima de 3 anos (o tempo máximo inclui o período de Repercurso de 12 meses).

O Repercurso Oficial é a reoferta de todas as disciplinas ou componentes curriculares após a conclusão do módulo 4 e tem duração de 12 meses.



Poderá ocorrer reofertas de disciplinas concomitantemente ao período de oferta das disciplinas ou componentes curriculares dos 4 (quatro) módulos, ou seja, nos 24 meses de duração do curso, em ação denominada Repercurso Antecipado.

- j) Carga Horária total
1667 horas
- k) Sistema Acadêmico (Resolução CEPE no. 71/21)
Matrícula por atividade acadêmica
- l) Ano/semestre (civil) de início de funcionamento (da reformulação)
2026/02

OBS: o curso contará com Calendário Especial a ser emitido pela Prograd e devidamente aprovado nas instâncias da Universidade.

- m) Atos normativos (Resolução de criação, atos legais de autorização, reconhecimento e de renovação de reconhecimento)
 - a) Parecer CNE/CP nº 1 7/2020, de 10 de novembro de 2020 – Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
 - b) b. O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Decreto alterado pelo Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Referem-se à educação profissional;
 - c) Resolução CNE/CP 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
 - d) Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96.
 - e) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP 01 de 17 de junho de 2004)
 - f) Resolução CNE/CES nº 3/2007 e Parecer CNE/CES nº 261/2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
 - g) Decreto nº 5.296/2004 estabelece condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para



- a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- h) Deliberação CEE n.º 02/2016 - Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.
 - i) Lei n.º 13.146 de 06 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).
 - j) Lei n.º 12.764 de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Proteção do Direito da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
 - k) Disciplina de Libras, Decreto n.º 5.626/2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
 - l) Resolução CNS n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.
 - m) Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, alterada pela Portaria Normativa n.º 23, de 1 de dezembro de 2010, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.
 - n) Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n.º 4.281 de 25 de junho de 2002.
 - o) Resolução CNE/CES n.º 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
 - p) Lei Estadual 17505 de 11 de janeiro de 2013 que institui a política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências.
 - q) Deliberação n.º 04/2013-CEE estabelece normas para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal n.º 9795/1999, Lei Estadual n.º 17.505/2013 e Resolução CNE/CPn0 02/2012;
 - r) Lei n.º 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu no Código Penal a tipificação do crime de assédio sexual;
 - s) Lei n.º 13.185 de 6 de novembro de 2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying);
 - t) Lei n.º 12.250, de 9 de fevereiro de 2006. Veda o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas;
 - u) Parecer n.º 8 de 6 de março de 2012 - CNE/CP. Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012 - CNE/CP Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Deliberação 02/2015-CEE que dispõe sobre as Normas

Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná.

- v) Deliberação CEE/PR n.0 06/2020, fixa normas para as Instituições de Educação Superior Mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal do Estado do Paraná e Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos;
- w) Lei Estadual nº 20443 de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas instituições estaduais de educação superior e instituições estaduais de ensino técnico;
- x) Deliberação CEE/CP n.0 08/2021 - Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior - IEES pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES n. 07/18.
- y) Resolução CEPE nº 071/2021 – Estabelece diretrizes dos sistemas acadêmicos e diretrizes para criação, reformulação e adequação de Projetos Pedagógicos de Curso de Graduação na Universidade Estadual de Londrina.
- z) Portaria 87/2020 da SETI/PR que autoriza e reconhece o funcionamento do curso por 4 anos.

1.2 Histórico do Curso de Graduação

O curso de Tecnologia em Gestão Pública é uma graduação de nível superior que integra o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia do Governo Federal. Está inserido no Eixo Tecnológico de Gestão e Negócios, na Área Tecnológica Gerencial, e visa formar profissionais capacitados para atuar nos diversos níveis da administração pública, com foco em eficiência, inovação e compromisso com o desenvolvimento social.

A primeira oferta do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, na Universidade Estadual de Londrina, se deu no período de 2023 a 2025, sendo uma oferta em Rede, que foi uma parceria com as Instituições de Ensino Estaduais Públicas (IEES) - Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO; Universidade Estadual de Londrina - UEL; Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG; Universidade Estadual de Maringá - UEM; Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE; Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP - por meio da Universidade Virtual do Paraná (UVPR), que participou de Edital junto ao Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB/CAPES).

O profissional formado no curso de Tecnologia em Gestão Pública pela UEL apresenta uma formação sólida e direcionada às demandas da administração pública contemporânea. Ao concluir a graduação, o egresso demonstra plena capacidade de interpretar e diagnosticar o

cenário político, econômico, social e legal que envolve a gestão pública em suas diversas esferas, compreendendo a complexidade e as inter-relações entre os diferentes atores e contextos institucionais.

Sua atuação é pautada na aplicação de conhecimentos científico-tecnológicos, sendo capaz de desenvolver soluções inovadoras para os desafios enfrentados pelos órgãos e instituições públicas. Isso inclui a implementação de novas tecnologias e metodologias que promovem maior eficiência, transparência e participação social nos processos de gestão.

Além disso, o egresso do Curso de Tecnologia em Gestão Pública é preparado para planejar, coordenar e executar projetos e programas de políticas públicas com foco no desenvolvimento local e regional. Sua formação o capacita a atuar de maneira estratégica, considerando as necessidades específicas de cada comunidade e promovendo ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população.

Para a segunda oferta, o PPC sofre reformulações para atender às Diretrizes dos Cursos Superiores de Tecnologia, sendo que na UEL serão oferecidas 150 vagas por meio do Departamento de Administração com apoio do Núcleo de Educação a Distância (NEAD). O sistema acadêmico será o de matrícula por atividade acadêmica e é definida pelo estudante a partir da primeira renovação de acordo com a oferta indicada na matriz curricular, observados os pré-requisitos.

1.3 Contextualizações Nacional e Regional

Histórico da Instituição

A Universidade Estadual de Londrina foi criada pelo Decreto nº 18.110, de 28 de janeiro de 1970, com sede e foro na cidade de Londrina, Estado do Paraná, como uma entidade de direito público, titular das prerrogativas de autonomia estabelecidas no artigo 207 da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 180 da Constituição do Estado do Paraná, e goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Histórico da EAD na Instituição

O Núcleo de Educação à Distância da Universidade Estadual de Londrina (NEAD/UEL) foi criado em 8 de abril de 2009, por meio da Resolução CA/CU n. 69/2009.

Ele tem como objetivos: oportunizar a democratização do conhecimento, por meio do acesso ao saber acadêmico; estimular e apoiar ações de educação a distância; incentivar o uso de ferramentas e tecnologias de informação e comunicação, visando a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão; propor política de estímulo à produção científica em educação à distância; e; buscar parcerias e recursos para o desenvolvimento de educação a distância.

O NEAD da UEL apoia a oferta cursos no formato EaD, promove a capacitação de servidores para atuarem em educação a distância, assessora as iniciativas em educação a distância e desenvolve projetos e parcerias em Educação a Distância com outras instituições.

Projetos

O Sistema UAB funciona como articulador entre a UEL e os governos estaduais e municipais, com o objetivo de atender às demandas por educação superior. Essa articulação estabelece, por meio dos polos de apoio presencial, qual município ou microrregião receberá os cursos ministrados pela Universidade Estadual de Londrina. O Sistema UAB é um dos responsáveis pelo fomento de determinadas ações de modo a assegurar o bom funcionamento dos cursos de EaD. Para isso, a UEL também recebe recursos financeiros da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

O Plano Anual de Capacitação Continuada (PACC) é um projeto custeado com verbas da CAPES que visa formar coordenadores, docentes, tutores, profissionais multidisciplinares e técnicos que atuam em projetos vinculados ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Os cursos PACC são oferecidos pelo Núcleo de Educação a Distância da Universidade Estadual de Londrina (NEAD - UEL) procurando promover o aprimoramento metodológico e didático para uma Educação a Distância de qualidade.

Curso de Tecnologia em Gestão Pública

O curso de **Tecnologia em Gestão Pública da Universidade Estadual de Londrina (UEL)** é concebido com uma formação que articula dimensões técnico-científicas e ético-humanísticas diretamente alinhadas com as demandas contemporâneas do setor público brasileiro e regional. Estruturado para capacitar profissionais com competência para planejar, elaborar e gerenciar programas e serviços públicos, o currículo integra conhecimentos sobre administração pública, políticas públicas, regulação legal e análise crítica da realidade social e econômica, promovendo a compreensão dos desafios da gestão pública no âmbito municipal, estadual e federal.

Ao abordar a realidade **econômica**, o curso habilita o egresso a atuar em contextos de gestão orçamentária, planejamento de recursos e análise de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento sustentável, o que é particularmente relevante frente às demandas por eficiência e transparência fiscal nas administrações públicas brasileiras. Do ponto de vista **social e cultural**, a formação enfatiza a interação entre gestão e pluralidade de contextos, preparando profissionais capazes de implementar soluções que considerem as especificidades culturais e as necessidades de grupos diversos dentro da sociedade.

No plano **educacional**, o curso fortalece capacidades analíticas e práticas, o que contribui para a constante qualificação profissional exigida no mercado de trabalho público e em

organizações da sociedade civil, favorecendo perspectivas de empregabilidade tanto em órgãos governamentais quanto em instituições que interagem com políticas públicas. Politicamente, a formação fortalece o entendimento das dinâmicas institucionais e dos processos decisórios, competências essenciais para a atuação em estruturas administrativas e na definição de estratégias de governança.

Embora o foco principal seja a gestão, o curso também incorpora uma perspectiva crítica e contextualizada que permite abordar aspectos **ambientais** nas decisões públicas, considerando a crescente necessidade de políticas sustentáveis no Brasil e nas regiões em que os graduados atuarão. No conjunto, a formação ofertada pela UEL caminha em consonância com o potencial crescente de demanda por gestores públicos qualificados capazes de enfrentar os desafios complexos no setor público regional e nacional.

2. JUSTIFICATIVA DA REFORMULAÇÃO

A reformulação curricular fundamenta-se na necessidade de promover o alinhamento contínuo entre a formação acadêmica ofertada e as demandas contemporâneas da administração pública, bem como no atendimento às exigências legais vigentes e às evidências empíricas oriundas da avaliação interna da primeira oferta do curso.

Sob a perspectiva normativa, a proposta de alteração curricular observa as Diretrizes Nacionais estabelecidas pelo Ministério da Educação para os Cursos Superiores de Tecnologia, assegurando conformidade regulatória e atualização pedagógica.

No âmbito institucional, a análise da primeira oferta do curso evidenciou a necessidade de aperfeiçoar a articulação entre os componentes curriculares, fortalecer a interdisciplinaridade, readequar a distribuição da carga horária e incorporar temáticas contemporâneas relevantes à gestão pública.

Nesse sentido, a reformulação proposta visa qualificar o processo formativo, ampliar a aderência às demandas do setor público e contribuir para a formação de profissionais dotados de competências técnicas, analíticas e éticas, aptos a atuar com eficiência, responsabilidade social e compromisso com o interesse público.

3. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO EM VIGOR

A primeira oferta do curso de Tecnologia em Gestão Pública ocorreu em rede, no âmbito da Universidade Virtual do Paraná, que integra seis Universidades Estaduais do Paraná. A avaliação inicial foi conduzida por essa instância, a qual apontou a necessidade de aprimoramentos e atualizações, de modo a assegurar a continuidade do atendimento às demandas do setor público e da sociedade.



Na sequência, procedeu-se a uma avaliação diagnóstica da organização curricular do curso ofertado na Universidade Estadual de Londrina, com o objetivo de levantar subsídios para a revisão e o aperfeiçoamento do currículo. Essa análise considerou a articulação entre os componentes curriculares, seus pontos fortes, fragilidades, bem como as demandas institucionais, regionais e acadêmicas.

Adicionalmente, foram realizadas avaliações junto aos estudantes, por meio de escuta ativa, bem como a avaliação sistemática de todas as disciplinas ao término de sua oferta. O corpo docente também foi consultado, contribuindo com sugestões de melhoria.

Os resultados evidenciaram, entre outros aspectos, uma sobrecarga de disciplinas para um curso com duração de 24 meses, além de uma carga horária total superior à recomendada pelo Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Por fim, identificou-se a necessidade de atualização da matriz curricular, de modo a incorporar e responder de forma mais efetiva às demandas contemporâneas do setor público, especialmente no que se refere à tecnologia, inovação, sustentabilidade e transparência.

4. LEGISLAÇÃO BÁSICA

- a) Parecer CNE/CP nº 17/2020, de 10 de novembro de 2020 - Reanálise do Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020, que tratou das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- b) O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os Arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Decreto alterado pelo Decreto nº 8.268, de 18 de junho de 2014. Referem-se à educação profissional;
- c) Resolução CNE/CP 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica;
- d) Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96;
- e) Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP 01 de 17 de junho de 2004);
- f) Resolução CNE/CES nº 3/2007 e Parecer CNE/CES nº 261/2007 que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- g) Decreto nº 5.296/2004 estabelece condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, com prazo de implantação das condições até dezembro de 2008 - Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que



- estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências;
- h) Deliberação CEE n.º 02/2016 - Dispõe sobre as Normas para a Modalidade Educação Especial no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
 - i) Lei n.º 13.146 de 06 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência);
 - j) Lei n.º 12.764 de 27 de dezembro de 2012 - Institui a Proteção do Direito da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;
 - k) Disciplina de Libras, Decreto n.º 5.626/2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
 - l) Resolução CNS n.º 466, de 12 de dezembro de 2012, que aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos;
 - m) Portaria Normativa n.º 40, de 12 de dezembro de 2007, alterada pela Portaria Normativa n.º 23, de 1 de dezembro de 2010. As informações acadêmicas exigidas estão disponibilizadas na forma impressa e/ou virtual;
 - n) Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n.º 4.281 de 25 de junho de 2002;
 - o) Resolução CNE/CES n.º 2 de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental;
 - p) Lei Estadual 17505 de 11 de janeiro de 2013 que institui a política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental e adota outras providências;
 - q) Deliberação n.º 04/2013-CEE estabelece normas para a Educação Ambiental no Sistema Estadual de Ensino do Paraná, com fundamento na Lei Federal n.º 9795/1999, Lei Estadual n.º 17.505/2013 e Resolução CNE/CPn0 02/2012;
 - r) Lei n.º 10.224, de 15 de maio de 2001, introduziu no Código Penal a tipificação do crime de assédio sexual;
 - s) Lei n.º 13.185 de 6 de novembro de 2015 - Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying);
 - t) Lei n.º 12.250, de 9 de fevereiro de 2006. Veda o assédio moral no âmbito da administração pública estadual direta, indireta e fundações públicas;
 - u) Parecer n.º 8 de 6 de março de 2012 - CNE/CP. Resolução n.º 1 de 30 de maio de 2012 - CNE/CP Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Deliberação 02/2015-CEE que dispõe sobre as Normas Estaduais para a Educação em Direitos Humanos no Sistema Estadual de Ensino do Paraná;
 - v) Deliberação CEE/PR n.º 06/2020, fixa normas para as Instituições de Educação Superior Mantidas pelo Poder Público Estadual e Municipal do Estado do Paraná e Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições e de seus cursos;



- w) Lei Estadual nº 20443 de 17 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas instituições estaduais de educação superior e instituições estaduais de ensino técnico;
- x) Deliberação CEE/CP nº 08/2021 - Dispõe sobre normas complementares à inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação, nas modalidades presencial e a distância, ofertados por Instituições de Educação Superior - IEES pertencentes ao Sistema Estadual de Ensino, com fundamento na Resolução CNE/CES nº 07/18;
- y) Resolução CEPE nº 71/2021, estabelece diretrizes dos sistemas acadêmicos e diretrizes para criação, reformulação e adequação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação na Universidade Estadual de Londrina;
- z) Portaria 87/2020 da SETI/PR funcionamento do curso por 4 anos.

5. PERFIL ACADÊMICO E PROFISSIONAL

As diretrizes para o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública apontam para a formação ético-humanística necessária à construção do cidadão e para a formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe. As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural.

O Tecnólogo em Gestão Pública deve ser capaz de planejar, organizar, dirigir e controlar os processos inerentes à Administração Pública. O profissional formado estará apto a:

I - Diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão pública.

II - Desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão pública.

III - Estar consciente quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV - Planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e regional.

V - Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

VI - Aplicar metodologias inovadoras de gestão, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional.

VII - Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão.



- VIII - Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.
- IX - Expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;
- X - Promover e apoiar com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;
- XI - Refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- XII - Agir com proatividade e criatividade, tomando iniciativa para o suporte de ações voltadas para o intraempreendedorismo e o empreendedorismo público.

6. OBJETIVOS

6.1 Objetivo Geral

O curso superior em Tecnologia em Gestão Pública tem por objetivo formar profissionais capacitados a aplicar conhecimentos, tecnologias e ferramentas de gestão para planejar, executar, monitorar e avaliar políticas e serviços públicos com ética, eficiência e responsabilidade social, promovendo transparência, inovação e sustentabilidade na administração pública.

6.2 Objetivos Específicos

- Capacitar os quadros de servidores para atuarem na administração pública;
- Capacitar profissionais para intervirem na realidade social, política e econômica;
- Contribuir para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado Brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal;
- Contribuir para que o servidor público desenvolva visão integrada da administração pública.

COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Promover a reflexão e discussão sobre a diversidade e a complexidade do trabalho do servidor público.
- Desenvolver a compreensão de questões relacionadas ao funcionamento do poder público.
- Proporcionar a formação de profissionais tornando-os aptos a exercerem atividades específicas nos trabalhos;
- Especializar, aperfeiçoar e atualizar o servidor público em seus conhecimentos tecnológicos;

- Qualificar e profissionalizar os servidores públicos, visando melhor desempenho no exercício do trabalho.

7. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Demandas gerenciais mais complexas repercutiram no papel do Estado no âmbito federal, estadual e municipal. Isso desencadeou a necessidade de uma administração mais profissionalizada, exigindo gestores com sólida formação teórico-conceitual nas áreas sociais, políticas, econômicas e administrativas. Neste sentido, as diretrizes do Curso ora proposto devem oportunizar a formação ético-humanística que a formação do cidadão requer e a formação técnico-científica condizente com as exigências que o mundo do trabalho contemporâneo impõe.

Constituído de um conjunto articulado e normatizado de saberes, o currículo do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública no formato à distância se constrói refletindo as relações estabelecidas num jogo de poder em que se confrontam visões de mundo e onde se produzem, elegem e transmitem representações, narrativas e significados sobre as coisas e seres do mundo (COSTA, 1996).

Como uma prática social que se desenvolve a partir das relações entre os sujeitos da relação pedagógica, num contexto socioeconômico-cultural específico, o currículo deste Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública é construído na perspectiva de uma formação científica de qualidade e uma formação humanista que contribua para a construção de uma sociedade mais justa, mais democrática, mais solidária e mais tolerante. Portanto, abrange também conteúdos técnicos para permitir a compreensão e a solução de problemas organizacionais complexos.

Tendo em vista que a Estrutura Curricular deve incorporar a compreensão de que o próprio currículo e o próprio conhecimento devem ser vistos como construções e produtos de relações sociais particulares e históricas e, ainda, que deve ser orientado numa perspectiva crítica onde ação-reflexão-ação se coloquem como atitude que possibilite ultrapassar o conhecimento de senso comum. Três conceitos são escolhidos para servir não só de elo entre as diferentes áreas e os diferentes núcleos de conhecimento, mas também de fio condutor para base metodológica do curso, a saber:

1 – Historicidade é vista como característica das ciências. Através desse conceito, espera-se que o estudante perceba que o conhecimento se desenvolve, é construído, num determinado contexto histórico/social/cultural/ e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas;

2 – Construção é outro conceito que perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o estudante reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos

e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no e do conjunto de relações ser humano/ser humano, ser humano/natureza e ser humano/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinadas, jamais serão lineares e homogêneas e que ele, estudante deve se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também que produz conhecimentos;

4 – Diversidade para que o estudante compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa.

7.1. Aspectos teóricos e metodológicos que sustentam os cursos do formato de Educação a Distância na UVPR

A proposta institucional do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, no formato a distância, segue as diretrizes emanadas pela Universidade Virtual do Paraná (UVPR), sob a Coordenação do Núcleo de Educação a Distância de cada IEES, bem como dos estudos realizados no Grupo de Estudos instituído pela SETI/UVPR, Portanto, enquanto as instituições estão preocupadas em dimensionar novos espaços e possibilidades educativas, o maior desafio tem sido o aprimoramento da modalidade, bem como a promoção de oportunidades para a apropriação de conhecimentos que superem ações didáticas simplistas.

De acordo com os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), faz-se necessário compreender o conceito de educação que permeia as atividades didático-pedagógicas nesta modalidade, para então, compreender a natureza do curso e as exigências tecnológicas e pedagógicas dos futuros alunos. Isto, ao nosso olhar, reafirma um processo de retroalimentação, indispensável nesta modalidade. Neste sentido, entende-se que estas questões levantadas, bem como a garantia de um processo de formação do sujeito, incluído na modalidade a distância, permeiam, além de uma dimensão técnica-científica, uma dimensão política. Isto integra perspectivas de formação para o mundo do trabalho e para uma atuação cidadã na sociedade. Este Projeto Pedagógico tem sido discutido e construído para dar conta destas dimensões e mais do que isto, investir em uma filosofia de formação permanente de todos os sujeitos envolvidos. Para tanto, o que tem norteado estas reflexões são perspectivas pedagógicas que podem sustentar e apoiar, principalmente, o processo de ensino e de aprendizagem.

A Heutagogia é o ponto de partida para discutirmos as perspectivas pedagógicas da modalidade a distância, os sujeitos envolvidos, os materiais didáticos e principalmente as propostas pedagógicas aplicadas. As orientações da Heutagogia partem do pressuposto de que a autoaprendizagem dos adultos está centrada na perspectiva do conhecimento compartilhado. Este conceito, portanto, expande a concepção da Andragogia ao reconhecer as experiências cotidianas como fonte de saber e incorpora a autodireção da aprendizagem como foco nas

experiências. Esta perspectiva pedagógica ressalta, portanto, questões pontuais como autoaprendizagem, conhecimento compartilhado e aprendizagem como foco em experiências, todos esses, elementos de uma concepção conectiva de ensino e de aprendizagem em EaD. Ampliamos também o conceito de Heutagogia, a partir da defesa Hase e Kenyon (2000) que nos fazem reconhecer que a aprendizagem acontece a partir do que é compartilhado, da construção e reconstrução de saberes.

Assim, as concepções pedagógicas que orientam a organização dos cursos e sistematizam o trabalho com os campos de prática – Ambiente Virtual de Aprendizagem, as metodologias de ensino, os conteúdos e os sujeitos envolvidos, identificam que o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública se insere em uma perspectiva pedagógica situada, pois nesta visão, "[...] o conhecimento está localizado na ação de pessoas e grupos, ou seja, é distribuído socialmente. [...], a abordagem situada enfatiza o contexto social da aprendizagem [...] situação na qual o aluno aplicará a aprendizagem adquirida" (FILATRO, 2009, p. 98). Isto significa, portanto, que o campo de prática é o espaço virtual escolhido para observar, ler, discutir e analisar os conteúdos propostos por uma dada disciplina.

Estes espaços, necessariamente, precisam apresentar uma característica conectiva, ou seja, devem oportunizar espaços em que encontre outros materiais didáticos sobre o que está sendo discutido no AVA – Moodle, por exemplo, ou se tornar uma ferramenta de compartilhamento de materiais produzidos e discutidos por outras comunidades. Partindo de algumas pesquisas, como as de Filatro (2009) e Almeida (2009), entende-se que os cursos pensados a partir de uma perspectiva pedagógica situada, mostram que [...] o conhecimento está localizado na ação de pessoas e grupos, ou seja, é distribuído socialmente.

Da mesma maneira que o socioconstrutivismo, a abordagem situada enfatiza o contexto social da aprendizagem [...] situação na qual o aluno aplicará a aprendizagem adquirida. (FILATRO, 2009, p. 98). É possível, assim, compreender a aprendizagem como prática social, indicando muito mais do que uma ação individual do aluno em obter algum tipo de informação a partir de um corpo de conhecimento, muitas vezes descontextualizado. Em um sentido amplo, este é um processo que envolve interagir com outras pessoas, ferramentas e mundo físico.

O trabalho do professor que atua nesta modalidade, faz parte da organização da arquitetura pedagógica do curso e das disciplinas que serão ministradas, bem como do entendimento de como se processam elementos como: aprendizagem, sujeitos, relacionamento inter e intrapessoal no campo da prática e construção do conhecimento. Os docentes, em contato com os materiais didáticos, com os conteúdos, com as metodologias escolhidas e com os alunos, se integram a uma rede de "[...] informação e insights que podem ser consultados para resolver problemas reais" (FILATRO, 2009, p. 98).

O aluno, visto a partir da perspectiva pedagógica situada, "[...] estará sujeito às influências do ambiente social e cultural em que a aprendizagem ocorre, o que também define, pelo menos parcialmente, os resultados de sua aprendizagem" (FILATRO, 2009, p. 98). Autores

como Lave e Wenger (1991) esclarecem que o aluno, nesta representação pedagógica, cria uma identidade a partir de seu relacionamento com uma dada comunidade, o que o integra a um circuito de aprendizagem com vínculo. Isto indica, portanto, um espaço de potencialização da aprendizagem.

Neste sentido, o que se completa a esta perspectiva é que o relacionamento do indivíduo é potencializado na coletividade através de um sentido de identidade comum, de um processo de socialização. A constituição deste campo/comunidade de prática acontece pela reunião de pessoas que se interessam por um determinado conhecimento e que pela prática compartilhada, reconstróem saberes.

Além disso, pensar na união entre processos tecnológicos, pedagógicos, espacialidade e os seres humanos é primordial para o desenvolvimento da educação em todas as partes do mundo. Afinal, práticas pedagógicas que não levam em conta estas relações estão fadadas ao insucesso, sobretudo quando voltadas para o processo de aprendizagem dessa nova geração que como sabemos é 'hiperconectada'.

Com o crescente desenvolvimento tecnológico, numa arquitetura em que prevalecem diversas possibilidades de linguagens em processos comunicacionais, que envolvem agentes humanos e não humanos, o campo educacional se mostra em constante debate e pesquisa em prol de práticas pedagógicas inventivas, dinâmicas, flexíveis e híbridas no ato educativo.

O processo ensino e aprendizagem leva o professor a planejar por meio de outras metodologias que considerem a construção de ambientes virtuais de ensino e aprendizagem diferenciados, contextualizados em um processo que considere o espaço físico, virtual e híbrido.

As tecnologias digitais e os processos de interatividade trazem outros modelos de produção de conteúdos e exigem dos professores novas formas de trabalhar com os saberes, a partir dos pressupostos de produção, publicação, transmissão, interação, compartilhamento de conteúdo, para, assim, expandir as oportunidades educativas de forma a tornar a experiência de aprendizado do aluno mais significativa.

O processo de produção de conteúdo deve partir da experiência docente e incorporar inovações em termos técnicos e de tecnologia, alinhadas também às concepções de ensino e aprendizagem, com as abordagens curriculares e pedagógicas. Esse processo se afasta de práticas de produção docente e discente fechadas e inalteradas, sem a possibilidade de maior interação, adaptação, coprodução e colaboração.

Nesse foco, há a necessidade de entender como o aluno assimila o saber distribuído; como estabelece as conexões essenciais para o aprendizado; qual o percurso formativo que realiza.

No curso de educação a distância, professores e equipes multidisciplinares são produtores de trilhas formativas e trilhas de aprendizagem de forma colaborativa, com materiais educacionais que auxiliem em processos mais eficientes de ensino, num trabalho que envolve



"diferentes áreas do conhecimento, distintas competências e está direcionado a estratégias mais adequadas aos diferentes tipos de aprendizagem" (SILVA & SPANHOL, 2014, p. 66).

Dessa forma, quando pensamos a educação a distância, como uma das possibilidades da educação há que se pensar processos educativos que considerem os meios conectivos que engendram a rede entre atores humanos e não humanos e que avancem em termos de design educacional em ambientes de aprendizagem que integrem tecnologias analógicas e digitais, em contextos multimodais e que favoreçam o estudo de culturas plurais.

8. SISTEMA ACADÊMICO

O curso ofertado terá o sistema acadêmico de matrícula por atividade acadêmica, obedecendo às diretrizes constantes na Resolução CEPE nº 071/2021, que estabelece diretrizes dos sistemas acadêmicos e diretrizes para criação, reformulação e adequação de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação na Universidade Estadual de Londrina.



9. MATRIZ CURRICULAR e CATEGORIZAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

9.1 Matriz Curricular

1º ANO

Código	Disciplina/Módulo	Oferta*	Carga Horária			
			Teór.	Prát.	TP	Total
8TGP037	Cultura e Presença Digital do Estado	1SB	75			75
8TGP038	Políticas Públicas e Sociedade	1SB	75			75
8TGP039	Direito Público	1SB	75			75
8TGP040	Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental no Setor Público	1SB	75			75
8TGP041	Planejamento e Gerenciamento de Projetos	1SB	75			75
8TGP042	Planejamento Estratégico de Cidades	1SB	75			75
8TGP043	Aprendizagem, Pesquisa e Extensão	2SB	75			75
8TGP044	Organização de Eventos	2SB	75			75
8TGP045	Gestão do Estado e Ética no Setor Público	2SB	75			75
8TGP046	Gestão de Processos e de Materiais no Setor Público	2SB	75			75
8TGP047	Inteligência Artificial para a Gestão Pública	2SB	75			75
8TGP048	Libras – Língua Brasileira de Sinais	2SB	75			75

*A = Anual; 1S=1º Semestre; 2S = 2º Semestre; B = Bloco SB = Semestre bloqueado

2º ANO

Código	Disciplina/Módulo	Oferta*	Carga Horária			
			Teór.	Prát.	TP	Total
8TGP049	Planejamento, Orçamento Público e Gestão Financeira	1SB	75			75
8TGP050	Gestão da Inovação e Empreendedorismo	1SB	75			75
8TGP051	Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional no Setor Público	1SB	75			75
8TGP052	Governança, Controladoria e Auditoria no Setor Público	1SB	75			75
8TGP053	Extensão Universitária I	1SB	75	15		90
8TGP054	Gestão do Conhecimento, da Informação e Governo Digital	2SB	75			75
8TGP055	Economia Pública e Política Econômica	2SB	75			75
8TGP056	Administração Pública e Novas Tendências	2SB	75			75
8TGP057	Compliance e Transparência no Setor Público	2SB	75			75
8TGP058	Extensão Universitária II	2SB		77		77

*A = Anual; 1S=1º Semestre; 2S = 2º Semestre; B = Bloco SB = Semestre bloqueado

9.2 Resumo das atividades acadêmicas

RESUMO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS	
ATIVIDADE ACADÊMICA	CARGA HORÁRIA TOTAL
Disciplinas/ Módulos (obrigatórias)	1500
Disciplinas / Módulos (optativas)	----
Estágio	----
TCC	----
AAC	----
AEX Indicadas	84
AEX Livres	83
TOTAL	1667

OBSERVAÇÕES:

Além das disciplinas constantes da seriação deverão ser cumpridas:

- 84 horas de AEx Indicadas
- 83 horas de AEx Livres, resultando em uma carga horária total de 1667 horas.

9.3 Descrição das Atividades Acadêmicas

9.3.1 Creditação Curricular

Curricularização da Extensão

O Plano Nacional de Educação - PNE - 2014-2024, aprovado pela Lei nº 13.005/2014, estabelece diretrizes, metas e estratégias para os próximos dez anos da educação brasileira, contemplando todos os níveis, modalidades e etapas educacionais, desde a Educação Infantil até a Pós-Graduação e, também, diretrizes para a profissão docente, implantação da gestão democrática nas escolas e o financiamento do ensino.

Na Estratégia 7, da Meta 12 do PNE, são estabelecidos créditos curriculares para a extensão universitária, assegurando, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para as áreas de grande pertinência social.

Posteriormente ao estabelecido no PNE, foi aprovada a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e definiu os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados



no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país.

Com a regulamentação aprovada, torna-se necessária a adequação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos Superiores (PPC), respeitando as características locais e regionais, as diretrizes curriculares específicas de cada curso, as habilidades e competências para a formação dos acadêmicos, a matriz curricular e a extensão curricularizada.

Conceito de Extensão

As três dimensões da universidade: ensino, pesquisa e extensão, e suas relações com a sociedade são marcadas por debates, incompletudes e busca de definições e conceitos.

A partir de um debate amplo e aberto, desenvolvido nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), realizados em 2009 e 2010, respectivamente, apresenta-se às universidades e à sociedade o conceito de Extensão Universitária, como: "A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2012)".

Para nortear a extensão são estabelecidas diretrizes. Segundo Nogueira (2000) as Diretrizes para as ações de Extensão Universitária devem orientar a formulação e implementação das ações extensionistas universitárias, a saber:

- Interação dialógica;
- Interdisciplinariedade e Interprofissionalidade;
- Indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão;
- Impacto na formação do estudante, e
- Impacto e transformação social.

Segundo a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, a Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em um processo interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico e tecnológico que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento produzido na universidade, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa, em consonância com a realidade social, num processo de retroalimentação universidade-comunidade.

No artigo 5º consta a Estruturação, a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;

II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;

III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;

IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Em seu Art. 6º, o documento referido apresenta a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmicas e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira.

Atividades de extensão universitária são compreendidas como as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, conforme normas institucionais.

Convém destacar que o aluno deve assumir uma postura ativa e protagonista da atividade extensionista, ou seja, atuar na concepção/planejamento, execução e avaliação da ação proposta, bem como do impacto sobre a sua formação estudantil e na comunidade atendida.

Nos cursos superiores, na modalidade de educação a distância, as atividades de extensão devem ser realizadas seguindo as regulamentações previstas no ordenamento próprio para oferta de educação a distância.

Considerações sobre a Extensão no Ensino EAD

O tempo da Pandemia do Covid-19 desafiou as práticas regulares anteriormente realizadas presencialmente no contexto acadêmico, especialmente, as de ação extensionista. Práticas de ensino, pesquisa e extensão foram efetivadas por meio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC's), por meio de atividades on-line e, em modelos pedagógicos virtuais, atrelados ao conceito de Ensino Remoto Emergencial. As tecnologias digitais como forças ambientais modificam a forma como nos relacionamos com as novas tecnologias, mudam quem somos, as formas de interação com as pessoas, a nossa concepção de realidade e nossas interações com esta mesma realidade.

Por outro lado, o ensino a distância se caracteriza por sua capilaridade, o que lhe permite alcançar diversas regiões do estado. Cada universidade estadual atende diversos polos que concentram em si estudantes de cidades próximas. Nesse sentido, o uso das TDIC's permite a interação cultural e a socialização do conhecimento e da experiência entre os participantes, expandindo o campo da ação extensionista, ao contrário da ação presencial que é limitada localmente. Ao mesmo tempo, pode-se considerar que o uso das tecnologias traz em si a economicidade da ação, visto que o financiamento para expansão da ação de extensão se configura um gargalo a ser superado.

Essa peculiaridade se torna um desafio em si para a operacionalização da extensão. As condições do ensino presencial e a distância são diferenciadas, logo requer critérios diferenciados, considerando suas especificidades. No presente projeto a carga horária das atividades de extensão constam como disciplinas, porém elas serão desenvolvidas via projetos de ação extensionista, respeitados os parâmetros estabelecidos pela UEL. Ressalta-se que além de projetos o estudante poderá, quando possível, cumprir a carga horária de extensão com outras atividades, conforme o Artigo 7º da Resolução nº 039/2021.

Para o desenvolvimento das atividades de extensão do presente curso serão utilizadas a estrutura dos locais de atuação da ação extensionista, bem como dos polos de apoio dos municípios, obedecidas as normas constantes na Resolução CEPE/CA nº. 039/2021, que destaca que a Creditação Curricular da Extensão consiste que cada estudante deve cumprir no mínimo 10% (dez por cento) da carga horária total de seu curso de graduação em Atividades Acadêmicas de Extensão (AEX). As Atividades Acadêmicas de Extensão, no âmbito dos cursos de graduação da UEL, são tratadas como atividades acadêmicas de natureza obrigatória.

O Projeto Pedagógico do Curso deve distribuir a carga horária destinada às Atividades Acadêmicas de Extensão entre AEX Indicadas e AEX Livres, e que neste caso, serão

desenvolvidas parcialmente no turno do curso, cumprindo assim, a exigência legal de 10% da carga horária total, ou seja, 84 horas de AEX Indicas e 83 horas de AEX Livres.

Comunidade Acadêmica

A comunidade acadêmica da universidade é composta pelos professores, discentes, agentes universitários e comunidade externa.

A comunidade externa é formada por representantes dos diversos segmentos da sociedade, desde o indivíduo, grupos sociais e organizações. Destaca-se que no curso superior de Tecnologia em Gestão Pública torna-se fundamental estabelecer parcerias com órgãos públicos municipais, estaduais, federais do poder executivo, legislativo e judiciário, assim como associações e demais organizações de interesse público.

O papel da comunidade externa configura-se como parceira na ação de identificação e solução de problemas, reconhecendo a importância da dialogicidade, do compartilhamento do conhecimento e do exercício da cidadania.

A ação extensionista deve ser vista como um encontro de saberes a fim de melhorar as condições de determinada situação ou contexto.

Protagonismo do Aluno

O protagonismo pode ser definido como o indivíduo que ocupa um lugar central nos acontecimentos, que dá as diretrizes dos processos em que está envolvido, mas que não atua isoladamente, na medida em que necessita dos demais para concretizar ações.

O protagonismo do aluno se dá pela sua participação ativa nos contatos e diálogos relativos ao tema com a comunidade acadêmica de modo a enriquecer sua vivência e compreender sua realidade social, a fim de construir um processo emancipatório, formador de cidadania e da ética discente.

O exercício do protagonismo abre para os estudantes novas possibilidades de interação, fortalecendo sua capacidade de buscar soluções para as dificuldades e tomar decisões sobre sua atuação na comunidade, gerando mudanças significativas em seu modo de ser e se colocar no mundo.

Os estudantes são os sujeitos protagonistas, promotores, organizadores, ministrantes e, não, mero participantes ou ouvintes das ações realizadas.

O protagonismo, enquanto modelo político-pedagógico centralizado na construção da cidadania e da participação do jovem, favorece a formação de sujeitos ativos, autônomos e participantes, comprometidos com a transformação de cenários sociais em que são produzidas as injustas condições desiguais de vida. Para isso é preciso oportunizar ao estudante a participação ativa em todo processo de construção, planejamento e avaliação das intervenções desenvolvidas

em diferentes espaços sociais nas comunidades. O protagonismo possibilita a socialização política do aluno universitário, entendida como o processo de formação de atitudes e orientações políticas, que ocorre de forma contínua e dinâmica durante toda vida.

Para integralização de horas como atividade extensionista os estudantes precisam participar do planejamento, organização, execução e avaliação da ação envolvendo a comunidade.

Formas de Operacionalização da Extensão

Considerando o protagonismo do aluno quanto à participação efetiva no planejamento e operacionalização da extensão, há uma gama de atividades que podem ser desenvolvidas, vinculadas à temática central definida dentro do campo de ação do Gestor Público e que deverão ser aplicadas no formato presencial.

As Atividades de Extensão podem ser agrupadas em 4 Dimensões:

- Ação Comunitária;
- Intervenção nas Organizações do Setor Público;
- Produção de Conteúdo; e;
- Compartilhamento do Conhecimento.

Na dimensão Ação Comunitária, propõe-se ações como eventos culturais, esportivos e sociais, participação em projetos e campanhas sociais, exercício do voluntariado, ações que sejam desenvolvidas por organizações do setor público, privado e OSCIPs e que tenham finalidade social, ou seja, de atendimento a algum interesse coletivo/comunitário e que promovam o exercício da cidadania.

Na dimensão Intervenção nas Organizações do Setor Público, apresenta-se ações a serem desenvolvidas em organizações dos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) do executivo, legislativo e judiciário na forma de consultorias (exemplo: gestão de processos, treinamento, etc.) e estudos de caso, atividades essas que exigirão a aplicação prática do conhecimento profissional obtido na aprendizagem do curso.

Na dimensão Produção de Conteúdo, propõe-se a elaboração de material instrucional, informativo e técnico, conforme a temática escolhida e adequado ao público-alvo direcionado. Esse material pode ser considerado como recurso fundamental ou complementar das atividades planejadas. Pode ser impresso ou virtual, considerando a produção direcionada a diversas mídias. Pode tomar vários formatos como cartilhas, material didático, boletins, podcasts, vídeos, campanhas de interesse público, websites, entre outros formatos de interação digital.

Na dimensão Compartilhamento do Conhecimento indica se atividades como cursos, palestras, encontros, rodas de conversa, oficinas/workshops, eventos profissionais e/ou científicos e demais estratégias de compartilhamento do conhecimento.

Essas atividades podem ser consideradas como exemplos de possibilidades que não se encerram em si mesmas. A experiência extensionista trará novos insights sobre o que e como fazer a ação extensionista.

O Programa de Atividade Acadêmica, no campo da Metodologia das Atividades de Extensão, deve balizar as ações extensionistas a serem desenvolvidas.

Formas de Acompanhamento, Avaliação e Critérios de Seleção das Ações de Extensão

Podem ser utilizadas as mais diversas formas de acompanhamento como: relatórios, relatos de experiência, uso de sistemas, formulários e google forms, planilhas, e-mails, arquivos eletrônicos, entre outros.

As avaliações das ações podem alcançar os mais diversos representantes da comunidade acadêmica, principalmente (i) o discente e (ii) os participantes, no âmbito da avaliação das ações propriamente ditas e no aprendizado obtido em relação aos aspectos cognitivo, profissional, comportamental e cívico.

Serão indicadas as ações de extensão que serão aceitas como AEX indicadas, sendo que elas serão acompanhadas quanto ao cumprimento da carga horária mínima exigida ao longo do percurso formativo, bem como acompanhará a execução no que se refere à qualidade e à eficácia didático-pedagógica das atividades realizadas.

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO E PROMOÇÃO

Neste PPC, entende-se que a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem, sendo "parte indissociável das atividades acadêmicas" (Resolução CNE/CES n° 5/2021, art. 8°, § 1). A abordagem por competências é o eixo norteador do processo de aprendizado de modo que as avaliações serão concebidas com o propósito de mensurar o desenvolvimento dos estudantes quanto à capacidade de mobilizar um conjunto de conhecimentos e habilidades (SCALLON, 2015).

Embora os docentes de cada disciplina tenham autonomia para planejar e aplicar os instrumentos de avaliação que julgarem convenientes, a Coordenação de Curso instigará a adoção de diferentes tipos de avaliação (diagnóstica, formativa e somativa), bem como o uso de situações de avaliação (SCALLON, 2015).

Almeja-se que no processo avaliativo o graduando seja inserido num cenário de exercício profissional, o que implica na ação docente de qualificar um contexto para que o estudante raciocine, compreenda e intérprete uma situação ou problema proposto. A avaliação, o ensino e

a aprendizagem são compreendidos como processos articulados entre si (BOLZAN, FERNANDES, ANTUNES, 2019).

Parte-se da premissa de que as avaliações devem proporcionar aos estudantes a oportunidade de melhorar sua aprendizagem (SHUTE, 2008) e, para tanto, o componente essencial é o feedback que pode ser compreendido como a comunicação de informações ao estudante pelo professor. O feedback deve proporcionar as informações específicas sobre o que foi compreendido, visando auxiliar o estudante a atingir o resultado esperado (WEAVER, 2006); devendo ser orientado para o estímulo e motivação da aprendizagem (GIBBS; SIMPSON, 2004).

Diferentes técnicas e instrumentos podem ser utilizados pelo docente no processo de avaliação da aprendizagem como prova escrita, observação de desempenho do estudante no campo de prática, estudo de caso, relatórios, seminários, apresentações orais em bancas de avaliação, exercícios, trabalhos em grupo, desenvolvimento de portfólio de aprendizagem e outras formas de avaliação elaboradas pelos docentes e aprovadas pela Coordenação do Curso antes do início do período letivo. As avaliações de aprendizagem deverão partir de critérios claros, expostos aos alunos, que possibilitem a instauração do adequado processo de revisão.

No Programa de Atividade Acadêmica, o docente deverá discriminar os tipos de avaliações que serão realizadas durante a execução da atividade curricular. Este será disponibilizado aos estudantes no Portal do Estudante no início da atividade acadêmica, conforme previsto na Resolução da Universidade. Parte-se do pressuposto que desempenho mínimo nas atividades acadêmicas se refletem na assimilação e mobilização de saberes.

Processualmente, o sistema de avaliação é orientado pelas normativas existentes e seguirá o Regimento Geral da Universidade e a resolução em vigência sobre a temática, respeitando (i) 10% (dez por cento) da carga horária total do curso por meio de atividades presenciais, e (ii) 10% (dez por cento) da carga horária total do curso em atividades presenciais ou síncronas mediadas.

A verificação do aprendizado do estudante, realizada pelo docente, será expressa através de notas variáveis de 0 (zero) a 10 (dez), respeitando-se o mínimo de duas avaliações em cada semestre letivo, por atividade acadêmica (Regime Geral da Universidade, art. 56). O docente tem o prazo de até 30 dias para apresentar o resultado da avaliação realizada, discutindo amplamente os resultados obtidos.

Ao final de cada período letivo, será atribuída aos estudantes, em cada atividade acadêmica, uma média final, resultante das verificações de aprendizagem estabelecidas no programa de atividade acadêmica. E aprovado em uma disciplina, sem necessidade de exame final, o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis).

Ao final da atividade acadêmica será verificado quais estudantes não foram aprovados e será possível aos mesmos a Reoferta da disciplina/ atividade acadêmica. Os critérios para aprovação continuam os mesmos, ou seja, é aprovado em uma disciplina/ atividade acadêmica, sem necessidade de exame final, o estudante que obtiver média igual ou superior a 6,0 (seis).

Destaca-se que, considerando que a oferta do curso é conforme edital aprovado pela UAB, o prazo máximo para conclusão das atividades do curso é de 3 anos.

O estudante que não realizar a avaliação de aprendizagem na data prevista poderá solicitar segunda chamada, por meio do Portal do Estudante da Universidade, sendo que a solicitação deverá ser realizada pelo estudante no prazo de até 3 (três) dias úteis subsequentes à realização da avaliação de aprendizagem, apresentando justificativa da ausência, com documento comprobatório.

Após a realização do exame final, será aprovado o estudante que obtiver média aritmética igual ou superior a seis (6,0). A média aritmética será obtida entre a média semestral e a nota do exame final, seguindo a regulamentação da UEL.

11. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA MATRIZ

- | | | |
|--|-------|------------------------------|
| a) Transposição imediata dos estudantes vinculados ao PPC anterior | x sim | <input type="checkbox"/> não |
| b) Data máxima de oferta regular do currículo vigente: AGOSTO/2026 | | |

12. EXPLICITAÇÃO DAS AÇÕES E/OU PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO PPC

Os processos de autoavaliação e gestão de aprendizagem do curso tem como objetivo avaliar e aperfeiçoar continuamente o Projeto Pedagógico na perspectiva do ensino, através do engajamento de diferentes públicos relacionados à vida acadêmica e à atuação profissional. Eles também visam atender às exigências apresentadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso.

Esses processos serão coordenados de forma compartilhada pelo Coordenador do Curso e Núcleo de Educação a Distância da Universidade (Nead). A governança do processo envolve ainda a Pró-Reitoria de Graduação e as unidades administrativas da Universidade que ofertam atividades acadêmicas no curso.

Agregado a esse processo é importante destacar que a Universidade possui uma ampla sistemática de avaliação conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA/UEL), vinculada à Reitoria, com as atribuições de condução e coordenação dos processos internos de avaliação institucional, de proposição e orientação dos trabalhos avaliativos, de sistematização e de prestação de informações concernentes às avaliações, no âmbito interno e externo.



As atividades de extensão possuem próprio rito de autoavaliação e avaliação institucional, voltada ao aperfeiçoamento de características essenciais de articulação com o Ensino, a Pesquisa, a formação de estudante, a qualificação docente, a relação com a sociedade e a outras dimensões acadêmicas definidas (art. 10º, Resolução CU/UEL nº 89/2019). As parcerias estabelecidas com entidades representativas da profissão (CRA/PR), órgãos públicos e fundações, possuem objetivo de consolidar a prática da extensão.

O acompanhamento de egressos é efetuado periodicamente pela Universidade e pela Coordenação do curso. Dentro do site do curso há local para cadastro de telefone, e-mail e redes sociais, cujas informações são imediatamente redirecionadas para uma lista comum. Institucionalmente, o website <http://www.uel.br/proplan/egresso/portal/> congrega links e informações para egressos da Universidade, com o objetivo de acompanhá-los e ampliar relações para além da diplomação do aluno, apoiando na inserção profissional na sociedade e na educação ao longo da vida profissional.

No que tange à formação continuada do corpo docente e discente a Coordenação do Curso, a Coordenação Local da UAB, o NEAD-UEL e a Universidade Virtual do Paraná - UVPR promovem:

- a. Assessoria e todo o aparato de apoio pedagógico, de design, de construção da disciplina e de materiais didáticos para os docentes, além do suporte nas plataformas utilizada;
- b. Práticas formativas para os docentes e tutores ao longo do curso, em relação às tecnologias, as concepções educativas que permeiam a EaD, ao design instrucional do curso, o papel da tutoria e dos professores na interação com os estudantes, entre outros;
- c. Curso de nivelamento aos discentes, se necessário;
- d. Acompanhamento da imersão dos discentes nos espaços de aprendizagem;
- e. Reuniões periódicas com os sujeitos sociais envolvidos (professores, tutores, estudantes) a fim de acompanhar as atividades realizadas, propor discussões e reflexões acerca do curso;
- f. Atendimento pelo espaço oficial do curso, plataforma Moodle, pelo e-mail da coordenação e pelo Whatsapp;
- g. Promove reuniões com o NDE para discutir ações relativas ao curso, sobremaneira as que guardam relação com o apoio a docentes e discentes;
- h. Serviço de secretaria do curso disponível para atender as demandas enviadas por professores, tutores, estudantes e coordenadores de polo.

ANEXO 1 - EMENTÁRIO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS

Haverá Atividades Acadêmicas com o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC (semipresencial)?

sim não

O curso é ofertado no formato a distância.

Cada atividade acadêmica obrigatória e/ou optativa do PPC deverá ser registrada como a seguir:

8TGP037 - CULTURA E PRESENÇA DIGITAL DO ESTADO

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)

Estudo da cultura digital como fenômeno sociotécnico e sua influência na reconfiguração das relações entre Estado e sociedade. Adoção de estratégias de presença digital institucional baseadas nos princípios do marketing: conectividade, horizontalidade, engajamento e personalização. Análise da transição do modelo informativo para modelos interativos de comunicação pública, centrados no cidadão conectado. Avaliação de ferramentas e estratégias de comunicação digital aplicadas à gestão pública. Reflexão sobre identidade institucional digital, narrativas públicas nas redes sociais e estratégias de fortalecimento da cidadania digital. Estudo da comunicação pública com observação a inclusão, acessibilidade e combate à desinformação no ambiente digital.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)



Contribuição ao perfil do egresso

Propicia aos estudantes o desenvolvimento de competências essenciais para a atuação contemporânea no espaço público digital: reflexão crítica sobre a cultura digital, habilidade para comunicação institucional centrada no cidadão e uso estratégico das tecnologias para promover transparência, engajamento e inclusão. Além disso, estimula o senso ético frente à acessibilidade e ao combate à desinformação, fortalecendo a cidadania digital. Com isso, os estudantes ficam melhor preparados para dialogar e intervir em instituições públicas, contribuindo para tornar a gestão pública mais responsiva, democrática e eficiente.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidades Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP038 - POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)

Conceito de políticas públicas, perspectivas analíticas e mudanças na legislação. Políticas Públicas: evolução no Brasil. Experiências inovadoras das novas esferas públicas de negociação e da participação popular. Formação da Agenda: articulação e implementação nas dimensões locais e globais e os alcances e limites dos governos. Formulação das políticas públicas e processo decisório (condicionantes, instituições, atores e processos participativos). Controle e Avaliação das Políticas Públicas: tipos de avaliação, indicadores, finalidades da avaliação. Temas contemporâneos e transversais: Educação em Direitos Humanos; Educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena. Temas contemporâneos e transversais: processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)



Contribuição ao perfil do egresso

Permite compreender os fundamentos e desafios da política pública, desde sua elaboração até sua avaliação, incluindo os atores, instituições e legislações envolvidas. Ela oferece ferramentas para analisar criticamente como as agendas públicas são formadas em níveis local e global, possibilitando avaliar suas possibilidades e limitações. Ao abordar temas contemporâneos como direitos humanos, relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira, indígena e o envelhecimento, promove sensibilização ética e social. Dessa forma, os estudantes tornam-se capazes de contribuir para políticas mais inclusivas, democráticas e efetivas, fortalecendo o papel cidadão em uma sociedade plural.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP039 - DIREITO PÚBLICO

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: ____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: ____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:
 sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Noções de direito público: Estudo introdutório das principais áreas do Direito aplicadas à Gestão Pública. Noções de Direito Constitucional, com ênfase nos direitos fundamentais, princípios constitucionais e estrutura do Estado. Elementos essenciais do Direito Administrativo: organização da Administração Pública, atos e poderes administrativos, licitações, contratos e agentes públicos. Fundamentos do Direito Tributário: espécies de tributos, competências tributárias e princípios do sistema tributário nacional.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Proporciona atuar com segurança legal na formulação, implementação e controle de políticas públicas; operar de modo ético, transparente e eficiente em instituições estatais. Além disso, fortalece a autonomia profissional e sua capacidade de julgamento diante de desafios regulatórios e institucionais, conferindo legitimidade às suas intervenções no setor público.





* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

**8TGP040 - SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
NO SETOR PÚBLICO**

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: ____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática ____ horas, EAD: ____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:
 sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Desenvolvimento sustentável: conceitos e princípios. Sustentabilidade e suas dimensões. O papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública. A evolução da gestão ambiental e da legislação ambiental. Políticas Públicas Ambientais. Políticas de Educação Ambiental. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Compras sustentáveis. Noções de auditoria ambiental. Modelos de Gestão e de Indicadores de desempenho ambiental. A responsabilidade socioambiental no contexto das demandas governamentais. Interface entre empresas, governos e organizações da sociedade civil. Os ODS, especialmente o ODS 17 – Parcerias.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Propicia a atuação de forma integrada e responsável diante dos desafios socioambientais atuais, bem como a promoção de práticas sustentáveis no setor público. Além disso, confere uma gestão mais eficiente, transparente e ética possibilitando o trabalho colaborativo com múltiplos atores, fortalecendo redes e ações de impacto local, regional e global.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.



8TGP041 - PLANEJAMENTO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Conceituação e classificação de projetos. Etapas na elaboração de projetos. Estrutura do projeto. Gestão de projetos na administração pública: procedimentos, técnicas e ferramentas. Aplicação da gestão de projetos na administração pública.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Confere capacidade para planejar, executar e gerir projetos com clareza quanto às suas etapas, estrutura e especificidades do setor público, bem como a empregar técnicas e ferramentas adequadas, respeitando os procedimentos legais e institucionais. Permite a adaptar-se a contextos complexos, identificar riscos, propor soluções, e monitorar impactos para garantir resultados sustentáveis.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.

Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP042 - PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE CIDADES

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não



Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Breve histórico do surgimento e planejamento - organização das cidades. Instrumentos de planejamento de cidades (plano diretor, estatuto da cidade, estatuto das metrópoles). O modelo de planejamento estratégico, o ODS 11 e as cidades sustentáveis, resilientes e inteligentes. Planejamento estratégico de cidades na prática.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Proporcionar uma visão integrada do espaço urbano, habilitando-o a compreender historicamente o surgimento e a organização das cidades e os instrumentos legais como o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade e das Metrópoles. Habilita-o a aplicar modelos de planejamento estratégico alinhados ao ODS 11 – Cidades e comunidades sustentáveis, promovendo cidades mais inclusivas, resilientes, inteligentes e com qualidade de vida. Além disso, desenvolve senso crítico para avaliar limites institucionais e impactos socioambientais no desenho urbano, favorecendo uma atuação profissional ética.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP043 - APRENDIZAGEM, PESQUISA E EXTENSÃO

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)

O tripé ensino, pesquisa e extensão e a formação universitária. Aprendizagem: gestão e eficiência nos estudos. Metodologias ativas de aprendizagem. Aprendizagem baseada em Projeto. Portfólio de aprendizagem. Métodos de Pesquisa: estrutura do trabalho científico; construção e a justificativa de problemáticas de pesquisa; introdução aos métodos e tipos de pesquisa; técnicas de coleta e análise de dados, plágio e redação técnico-científica. Extensão: conceitos e objetivos das atividades de extensão universitária; diretrizes da extensão; formas de extensão; condutas e comportamentos na interação com a sociedade e na intervenção participativa.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Proporciona desenvolvimento de competências essenciais para atuar com rigor acadêmico, responsabilidade social e autonomia profissional. Além disso, favorece uma formação ampla, que articula teoria, investigação científica e envolvimento com a comunidade.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.

Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP044 - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)

Organização de Eventos: importância, tipologia e legislação de eventos. Atuação estratégica, tática e operacional nos eventos nas etapas: pré, durante e pós-evento. Coordenação das ações: planejamento e checklist para controle, formação de equipes. Comunicação: integração da equipe, mailing-list para comunicação com públicos distintos, convites oficiais, promoção, divulgação, inscrição dos públicos e releases. Captação de recursos e coordenação financeira. Coordenação das aquisições, entregas e prazos. Organização da logística: espaços, decoração, acessibilidade, atividades do evento. Organização do Cerimonial e uso do protocolo em eventos oficiais. Aplicação da etiqueta pessoal e social em eventos.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Capacitando-o para atuar com competência, responsabilidade e visão estratégica em eventos públicos (ou privados). Desenvolve habilidades de planejamento, coordenação e execução, fortalecendo competências organizacionais, logísticas, de comunicação e protocolo, bem como a gestão de equipes, recursos, prazos e contratos, assegurando compliance legal e eficiência financeira.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP045 - GESTÃO DO ESTADO E ÉTICA NO SETOR PÚBLICO

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Estado Democrático de Direito. Governabilidade e Governança do Estado. Principais Políticas no Gerenciamento do Estado Moderno. O Estado Brasileiro. Planejamento Estratégico no Setor Público. Aplicação das Estratégias nas diversas áreas Organizacionais. Escolas de Governo. Elaboração de um plano piloto para o Setor Público. Conceitos e importância da conduta ética na gestão dos negócios públicos. Cuidados no exercício das atividades do Estado e do Governo. Código de ética do servidor público.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Contribui para uma formação crítica e ética para atuar com responsabilidade no setor público. Proporciona conhecimentos sobre o Estado Democrático de Direito, governança, planejamento estratégico e políticas públicas. Desenvolve habilidades de liderança, tomada de decisão e inovação. Valoriza a conduta ética e o compromisso com o interesse coletivo.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP046 - GESTÃO DE PROCESSOS E DE MATERIAIS NO SETOR PÚBLICO

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa



Atividade acadêmica de forma à distância: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes) Estudo das estruturas organizacionais e seus impactos na gestão pública. Tipos de departamentalização e processos organizacionais. Abordagens, métodos e ferramentas da gestão por processos. Mapeamento, análise e melhoria de processos no setor público. Princípios e práticas da gestão de materiais: planejamento de uso e consumo, procedimentos de compras, controle de entradas e saídas, gestão de estoques, arranjo físico, integração de sistemas, custos e racionalização. Responsabilidade administrativa e legal na gestão de materiais. Gestão patrimonial no setor público. Logística pública: planejamento, controle e distribuição física de bens e materiais.
Forma de desenvolvimento da atividade <input type="checkbox"/> Disciplina <input checked="" type="checkbox"/> Módulo <input type="checkbox"/> Estágio <input type="checkbox"/> Internato <input type="checkbox"/> TCC <input type="checkbox"/> PCC (Licenciaturas)
Contribuição ao perfil do egresso Contribui para a compreensão das estruturas organizacionais e sua influência na gestão pública. Desenvolve competências em gestão por processos e melhoria contínua no setor público. Capacita para o planejamento e controle eficiente de materiais, estoques e logística. Estimula o uso de métodos e ferramentas para otimizar recursos e reduzir custos. Fortalece a responsabilidade administrativa, legal e patrimonial na atuação pública.
* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade. Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP047 - INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA A GESTÃO PÚBLICA
CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas
Modalidade curricular: <input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Optativa
Atividade acadêmica de forma à distância: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes) Fundamentos de Inteligência Artificial (IA). História, conceitos e evolução da IA. Transformação Digital no setor público. Ferramentas de IA e sua aplicabilidade para a gestão pública: aprendizagem de máquina e automação de processos. Tomada de decisão com uso de IA. Ética e Governança para o uso de IA. Iniciativas nacionais e internacionais envolvendo IA na gestão pública.



Forma de desenvolvimento da atividade <input type="checkbox"/> Disciplina <input checked="" type="checkbox"/> Módulo <input type="checkbox"/> Estágio <input type="checkbox"/> Internato <input type="checkbox"/> TCC <input type="checkbox"/> PCC (Licenciaturas)
Contribuição ao perfil do egresso Contribui para a compreensão dos fundamentos, da evolução e dos impactos da Inteligência Artificial na gestão pública. Desenvolve habilidades para aplicar ferramentas de IA na automação de processos e na tomada de decisão. Estimula a compreensão da transformação digital no setor público. Promove a reflexão ética e a importância da governança no uso da IA. Além disso, inspira práticas inovadoras e responsáveis na administração pública.
* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade. Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP048 - LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS
CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas
Modalidade curricular: <input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Optativa
Atividade acadêmica de forma à distância: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes) Bilinguismo e educação dos surdos: Conceitos e diretrizes legais e políticas pedagógicas. Aspectos linguísticos práticos da língua de sinais brasileira a fim de possibilitar a comunicação em libras em diversos contextos sociais e no cotidiano, como: parâmetros da Libras; alfabeto manual (datilologia) e soletração rítmica; expressão corporal e facial; estados do tempo; períodos do dia; hora; calendário; verbos e advérbios de tempo; cumprimentos; pronomes; sinais contextualizados relacionados à: profissões; funções e cargos; ambiente de trabalho; laços familiares; emoções; animais; objetos; números e valores monetários; cores; compras; meios de comunicação e de transporte; estados do Brasil e suas culturas; sinais arbitrários e icônicos; tipos de frases em Libras.
Forma de desenvolvimento da atividade <input type="checkbox"/> Disciplina <input checked="" type="checkbox"/> Módulo <input type="checkbox"/> Estágio <input type="checkbox"/> Internato <input type="checkbox"/> TCC <input type="checkbox"/> PCC (Licenciaturas)



Contribuição ao perfil do egresso

Desenvolva competência comunicativa básica em Libras, promovendo inclusão e respeito à comunidade surda. Proporciona conhecimentos legais e pedagógicos fundamentais sobre o bilinguismo na educação de surdos. Estimula a prática linguística em Libras por meio de contextos sociais diversos e cotidianos. Favorece a formação de profissionais mais sensíveis às diferenças culturais e linguísticas. Amplia a atuação do egresso em espaços educativos e institucionais inclusivos.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidades Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP049 - PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO PÚBLICO E GESTÃO FINANCEIRA

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: ____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática ____ horas, EAD: ____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:
 sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Sistema integrado de planejamento e orçamento (SIOP). Sistema orçamentário brasileiro (PPA, LDO e LOA). Classificação Orçamentária das Receitas e Despesas. Regra de Ouro. Gestão Financeira no setor público. Execução Orçamentária e Financeira. Execução das Receitas e Despesas Públicas. Programação financeira.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Proporciona conhecimento técnico sobre o funcionamento do sistema orçamentário brasileiro e suas peças. Habilita para atuar com planejamento, execução e controle das finanças públicas. Além disso, capacita para analisar e executar receitas e despesas públicas com responsabilidade fiscal. Prepara para atuar em órgãos públicos com foco em gestão eficiente e transparente.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP050 - GESTÃO DA INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: ____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática ____ horas, EAD: ____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Fundamentos e aplicações da gestão da inovação na administração pública como estratégia para a criação de valor público e resposta às demandas sociais contemporâneas. Tipos de inovação aplicadas ao setor público (tecnológica, organizacional, em serviços, social e em processos) e seus impactos na modernização do Estado. Estratégias, práticas e instrumentos para o fomento e a gestão da inovação pública. Modelos de gestão inovadora e sua articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Fundamentos e abordagens do empreendedorismo e do intraempreendedorismo no setor público, voltadas à iniciativa, criatividade e transformação dos serviços públicos.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Contribui para a compreensão da inovação como ferramenta estratégica na administração pública, promovendo eficiência e criação de valor público. Propicia a aplicação de diferentes tipos de inovação que modernizam o Estado e respondem às demandas sociais. Estimula o pensamento empreendedor e intraempreendedor no serviço público de forma a proporcionar profissionais aptos a liderar transformações com criatividade, impacto social e sustentabilidade.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.



**8TGP051 - GESTÃO DE PESSOAS E COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL
NO SETOR PÚBLICO**

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Formas de ingresso no serviço público: recrutamento e seleção. Estruturação dos Cargos e Funções no Setor Público. Noções básicas de Plano de Carreira. Estatuto. Avaliação de Desempenho: requisitos do sistema, vícios da avaliação e eficácia. Processo de Recompensa: salário e benefícios. Medicina e Segurança no Trabalho. Programa de Qualidade de vida. Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar. Corresponsabilidade funcional na prestação de contas. Bullying. Assédio Sexual e Moral. O comportamento organizacional dos indivíduos e as organizações públicas. Cultura e Poder. Valores, Atitudes e Satisfação com o Trabalho. Clima Organizacional. Liderança. Administração de Conflitos. Motivação e Cultura organizacional.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Compreender e atuar na gestão de pessoas no setor público, desde o ingresso até o desenvolvimento profissional. Promove a compreensão das dinâmicas de comportamento organizacional, clima e cultura nas instituições públicas. Estimula a adoção de práticas de liderança, motivação e resolução de conflitos. Forma profissionais conscientes da importância do bem-estar, da legalidade e da responsabilidade na administração pública.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.

Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP052 - GOVERNANÇA, CONTROLADORIA E AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas



Modalidade curricular: <input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Optativa
Atividade acadêmica de forma à distância: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes) Governança Pública: Conceitos, Princípios e Diretrizes. Decreto nº 9.203, de 22/11/2017 (com alterações do Decreto nº 9.901/2019). Controle no Setor Público. Controles interno, externo e social. Competências dos controles interno, externo e social. Auditoria no setor público. Objetivos da Auditoria. Relatórios de auditoria e monitoramento de resultados.
Forma de desenvolvimento da atividade <input type="checkbox"/> Disciplina <input checked="" type="checkbox"/> Módulo <input type="checkbox"/> Estágio <input type="checkbox"/> Internato <input type="checkbox"/> TCC <input type="checkbox"/> PCC (Licenciaturas)
Contribuição ao perfil do egresso Compreender os princípios e diretrizes da Governança Pública, com base na legislação vigente. Desenvolve habilidades para atuar com os diversos tipos de controle no setor público: interno, externo e social. Prepara o profissional para compreender e aplicar auditorias como instrumento de transparência e eficiência. Contribui para a formação de gestores comprometidos com a legalidade, ética e resultados. Fortalece a atuação responsável e estratégica na administração pública.
* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade. Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP053 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA I
CARGA HORÁRIA (CH) total: 90 horas
Prática: 15 horas; Teórica: 75 horas
Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas
Modalidade curricular: <input checked="" type="checkbox"/> Obrigatória <input type="checkbox"/> Optativa
Atividade acadêmica de forma à distância: <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes) Contextos e Cenários da Extensão Universitária. Leis regulamentares e Normas Institucionais que competem ao município. Linhas gerais das ações extensionistas: (1) Ética e Cidadania; (2) Gestão Orçamentária e Financeira Pública; (3) Gestão de Pessoas; (4) Políticas Públicas; (5) Serviços Públicos; (6) Sustentabilidade. Desenvolvimento do planejamento das atividades extensionistas junto à comunidade externa: Plano de Ação 5W2H, Cronograma e Produção de



Conteúdo. Operacionalização das Atividades junto à comunidade externa. Apuração e avaliação das atividades. Elaboração de Relatório de Extensão.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Contribui para a compreensão do papel da extensão universitária como ponte entre academia e comunidade. Desenvolve competências para planejar, executar e avaliar projetos extensionistas com foco em ética, cidadania e gestão pública. Estimula o engajamento social e a aplicação prática do conhecimento em contextos reais. Forma profissionais comprometidos com a transformação social e o fortalecimento das políticas públicas locais.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.

Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP054 - GESTÃO DO CONHECIMENTO, DA INFORMAÇÃO E GOVERNO DIGITAL

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)

Sociedade do Conhecimento e sua influência na administração pública. A produção e a gestão da informação e do conhecimento no setor público como suporte à inovação e à inteligência organizacional. Estratégias do Governo Digital. TICs aplicadas ao Governo Digital: planejamento estratégico, transparência, prestação de serviços e participação cidadã. Gestão de processos, mudança organizacional e integração de sistemas de informação para a modernização do Estado.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)



Contribuição ao perfil do egresso

Possibilita a atuação na administração pública com foco na inovação, utilizando a informação e o conhecimento como ativos estratégicos. Desenvolve competências em governo digital, promovendo transparência, eficiência e participação cidadã. Capacita-o a aplicar TICs e integrar sistemas para modernizar processos públicos. Estimula a gestão do conhecimento e a inteligência organizacional. Forma profissionais aptos a liderar mudanças e transformar a gestão pública na sociedade do conhecimento.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.

Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP055 - ECONOMIA PÚBLICA E POLÍTICA ECONÔMICA

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: ____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática ____ horas, EAD: ____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)

Sistemas Econômicos. Estudo do papel do Estado na economia. Fundamentos da economia do setor público: bens públicos, externalidades, falhas de mercado e justificativas para a intervenção estatal. Indicadores macroeconômicos. Política Fiscal. Política Monetária. Política Cambial. Política de Rendas. Políticas sociais. O problema da pobreza. Desigualdade, justiça distributiva, desemprego, inflação e sustentabilidade. Conjuntura socioeconômica atual.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Proporciona compreensão dos sistemas econômicos e do papel do Estado na regulação e promoção do bem-estar social. Capacita-o a analisar indicadores macroeconômicos e políticas públicas como fiscal, monetária e cambial. Prepara para atuar com responsabilidade social e econômica na administração pública. Forma profissionais capazes de interpretar a conjuntura socioeconômica e propor soluções efetivas.



* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP056 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E NOVAS TENDÊNCIAS

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: ____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática ____ horas, EAD: ____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:
 sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública. *Accountability e Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, sustentabilidade socioambiental e controles de resultados. Tipos de decisão. Técnicas e Instrumentos de Apoio a decisão. Processo decisório no setor público. Negociação: conceitos e princípios.

Forma de desenvolvimento da atividade
 Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso
Compreender a evolução histórica da administração pública no Brasil e seu impacto na gestão atual. Desenvolve habilidades para atuar com foco em eficiência, eficácia e efetividade no setor público. Prepara-o para lidar com reformas, desburocratização e os novos papéis do Estado. Estimula a atuação responsável, e prepara para a tomada de decisões estratégicas e negociação ética e eficaz na gestão pública.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.



8TGP057 - COMPLIANCE E TRANSPARÊNCIA NO SETOR PÚBLICO

CARGA HORÁRIA (CH) total: 75 horas

Prática: _____ horas; Teórica: 75 horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não

Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Histórico e definição. Instrumentos internos de controle. Compliance e Governança no Setor Público. Análise de Risco. Núcleo de Integridade de Controle. Controle social e transparência no Brasil. Princípios da Transparência no Setor Público. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Compreender e aplicar os princípios de controle, integridade e transparência na administração pública. Desenvolve competências em *compliance*, análise de risco e governança, essenciais para a prevenção de irregularidades. Prepara-o para atuar com ética e responsabilidade, alinhado à LGPD e às exigências legais.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.
Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.

8TGP058 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA II

CARGA HORÁRIA (CH) total: 77 horas

Prática: 77 horas; Teórica: _____ horas

Teórico/prática _____ horas, EAD: _____ horas

Modalidade curricular: Obrigatória Optativa

Atividade acadêmica de forma à distância:

sim não



Ementa (Deve ser elaborada de forma resumida e indicar conteúdos abrangentes)
Linhas gerais das ações extensionistas: (1) Ética e Cidadania; (2) Gestão Orçamentária e Financeira Pública; (3) Gestão de Pessoas; (4) Políticas Públicas; (5) Serviços Públicos; (6) Sustentabilidade. Desenvolvimento do planejamento das atividades extensionistas junto à comunidade externa: Plano de Ação 5W2H, Cronograma e Produção de Conteúdo. Operacionalização das Atividades junto à comunidade externa. Apuração e avaliação das atividades. Elaboração de Relatório de Extensão.

Forma de desenvolvimento da atividade

Disciplina Módulo Estágio Internato TCC PCC (Licenciaturas)

Contribuição ao perfil do egresso

Desenvolve habilidades em planejamento, execução e avaliação de projetos extensionistas, integrando teoria e prática social. Promove a compreensão de temas essenciais como ética, cidadania, gestão pública e sustentabilidade. Estimula o engajamento comunitário e a responsabilidade social. Forma profissionais aptos a elaborar relatórios e a comunicar resultados de forma clara e eficaz.

* Descrever, de forma sintética, a proposta de desenvolvimento dos conteúdos e avaliação na forma à distância, caso a oferta da atividade acadêmica utilize a modalidade.

Conforme o projeto pedagógico do curso elaborado em rede pelas Universidade Estaduais Paranaenses sob a Coordenação da Universidade Virtual do Paraná e utilizará o fomento da UAB.